

CAPÍTULO II

A GESTAÇÃO DA ESCOLA DE VIÇOSA

2.1 Os antecedentes

No presente capítulo serão apontadas e discutidas algumas peculiaridades intrínsecas ao processo de criação e instalação da ESAV, no período de 1920, marco legal da criação da instituição, a 1926, ano da sua inauguração oficial.

O intuito central da análise é apresentar ao leitor a interpretação a que se chegou com relação às causas históricas que provocaram as iniciativas e debates em torno do planejamento e da estruturação da Escola de Viçosa. Não somente para descrever o processo de configuração da instituição, mas principalmente para interpretar os anseios e propósitos do governo mineiro materializados na criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária no interior da mata mineira pelo governo Arthur da Silva Bernardes (1918-1922).

Nesse trajeto algumas diretrizes foram traçadas cautelosamente pelo governo de Minas Gerais e serão cuidadosamente analisadas. Dentre elas, deve-se destacar:

- A contratação de Peter Henry Rolfs,⁴¹ especialista norte-americano em ensino agrícola profissionalizante, pelo governo estadual de Arthur Bernardes, por intermédio do governo federal dos Estados Unidos (EUA), para fundar, organizar e dirigir a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, com base no modelo das escolas superiores agrícolas americanas, denominados *Land Grant Colleges*⁴².
- A constituição de uma comissão com a finalidade de escolher o município apropriado a sediar a instituição destinada a ser localizada na

⁴¹ Peter Henry Rolfs, nascido, em 17 de abril de 1865 na cidade de Lê Claire, situada no Estado norte-americano de Iowa. Graduou-se em “Bachelor of Science, 1889, Master of Science, 1891, Iowa State Agricultural College, Doctor of Science, University of Florida, 1920. Fonte: Livro de Formatura ESAV 1939, s/p.

⁴² Os “*Land Grant Colleges*” americanos foram fundamentados na indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão fortemente marcada pelo ideal de uma educação agrícola prática, moderna, democrática, liberal, flexível, e, sobretudo adequada às necessidades materiais e culturais dos cidadãos americanos situados nas regiões sedes das escolas em questão. Este sistema de escolas superiores agrícolas fora adotado primeiramente no oeste e meio oeste americano, tendo como ponto de partida a região do Vale do Rio Mississippi dos Estados Unidos, a partir dos anos 1860.

região da Zona da Mata mineira por recomendação do próprio Governo de Minas.

- O processo de construção da ESAV durante sete (07) anos, mais especificamente de 1921, data da sanção do Decreto nº5. 806, o qual respaldado no Relatório da Comissão já mencionada aprovou a planta e o planejamento da futura Escola de Viçosa até o ano de 1926, ano da inauguração oficial da instituição.

Dessa maneira, algumas considerações em torno dessas diretrizes fazem-se necessárias e serão tecidas ao longo do trabalho.

Antes de apresentar o itinerário de estruturação da Escola de Viçosa deve-se destacar uma informação curiosa que ainda não havia sido revelada ou comentada pelos escassos trabalhos existentes sobre a origem da ESAV: o fato do Secretário de Agricultura de MG do governo Bernardes, o Sr. Clodomiro Augusto de Oliveira, antes mesmo de assumir esta secretaria ter realizado, conforme solicitação do Presidente viçosense, uma viagem ao Sul do país, mais especificamente ao Rio Grande do Sul e por dois países latinos americanos - o Uruguai e a Argentina, a fim de estudar o sistema de produção agro-industrial e o modelo das instituições de ensino agrícolas naqueles locais.

De acordo com José Pedro Xavier da Veiga, filho de Clodomiro de Oliveira:

[...] Segundo sugestão de Arthur Bernardes deviam ser estudados os sistemas de agro-indústria argentinos e uruguaios e seus institutos de ensino, nesses campos, especificamente. Farto material informativo e muitas observações foram colhidos, nessa viagem, realizada à custa própria, do futuro Secretário; apenas mencionarei dois fatos, pelas suas importantes conseqüências [...] Foi na Escola de Agricultura de Estanzuela que Clodomiro de Oliveira vislumbrou o modelo para a futura Escola de Viçosa. Pretendia mesmo entregar aos competentes técnicos e professores, daquele Instituto, o projeto e a organização da Escola de Viçosa. Cousa ignorada por muita gente é que foi Arthur Bernardes quem decidiu preferir os métodos e sistemas norte-americanos; suas razões demonstraram sua visão segura do futuro: o grau mais elevado da Agricultura norte-americana [...] (Jornal Estado de Minas, 8 de agosto de 1975, p.5).

E a primeira atitude tomada pelo governo de Bernardes para colocar a agricultura mineira no “compasso” da agricultura norte-americana se deu com a contratação de um especialista capaz de fundar, organizar e dirigir uma Escola Superior de Agricultura moderna, estruturada nos pilares das Escolas Superiores Agrícolas dos Estados Unidos (EUA), os *Land Grant Colleges*. A partir daí coube ao Dr. Peter Henry

Rolfs a tarefa de adequar⁴³ o *Land Grant System* às condições econômicas, sociais e culturais da população rural mineira.

Rolfs foi contratado pelo governo de MG em 1 de janeiro de 1921; partiu com sua família dos EUA em meados de janeiro do mesmo ano e chegou ao Rio de Janeiro, em pleno carnaval, mais precisamente no dia 4 de fevereiro de 1921. Sua contratação só pôde ser efetivada por causa do empenho do Embaixador brasileiro em Washington, conforme atesta o livro de Formatura ESAV 1939:

Em 1920 o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas pediu ao então Embaixador Brasileiro em Washington, Exmo. Sr. José de Cochrane da Alencar, para conseguir, por intermédio do Departamento do Estado daquela Nação, a indicação dum especialista capaz de ‘fundar, organizar e dirigir uma Escola Agrícola moderna’. Primeiramente foi lembrado o Dr. Eugene Davenport, então ‘Dean’ da Escola Superior de Agricultura do Estado de Illinois. Foi considerado o Dr. Davenport como sendo o homem ideal, pois já tinha servido um ano como professor, no Estado de São Paulo, antes do estabelecimento da ‘Escola Agrícola Luiz de Queiroz’. O Dr. Davenport não aceitou o cargo, dizendo ser velho demais para aceitar cargo tão pesado e que devia ocupar muitos anos. O Dr. Romell, especialista em Zootécnica do Departamento de Agricultura, foi o segundo a ser indicado. Também tinha passado uns tempos no Brasil. Igualmente não aceitou, pois não queria interromper suas pesquisas científicas em zootecnia especializada. Grande foi a admiração do Dr. Rolfs, então ‘Dean’ da Escola Superior de Agricultura, do Estado da Flórida, ao ser consultado a respeito de vir ao Brasil. Brasil país longínquo, que nem nos seus sonhos mais fantásticos pensava conhecer! Mas em meados de Janeiro de 1921 embarcou com toda a sua família. (Livro de Formatura ESAV 1939, [s/p]).

Assim, ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1921, foram-lhe ao encontro dois importantes membros da elite agrária mineira, os Srs. Arduíno Bolívar⁴⁴ e Álvaro da

⁴³ Cabe salientar que, o presente estudo utiliza o (a) conceito/categoria de “adequação” de sistema de ensino em vez da idéia de “transplante” ou “implante” de modelo pedagógico educacional em Minas Gerais, nos anos iniciais de 1920, por entender que: “As idéias educacionais defendidas e divulgadas [...] nas décadas de 20 e 30, não constituíam novidade dentro da sociedade brasileira. Na condição de país periférico do capitalismo internacional, o Brasil sofreu contínua influência cultural e absorveu, através de suas elites intelectuais, ideologias nascidas e difundidas no contexto avançado das sociedades hegemônicas. Aqui assimiladas e traduzidas ou rearticuladas nos termos dos interesses locais dominantes, funcionavam não apenas como meros ‘ornamentos’, mas como ‘testemunhos’ dos propósitos civilizados e civilizadores das elites dirigentes [...]”. (XAVIER, 1990, p.60). Isto quer dizer que o sistema de ensino das Escolas agrícolas norte-americanas que norteou a constituição da ESAV recebeu a “adequação” necessária à realidade sócio-educacional, política e econômica da população rural mineira, conforme os interesses ideológicos e político-econômicos da elite agrária de MG. Sobre a desmistificação da crença “no desvinculo entre a educação brasileira e a realidade nacional” ver o trabalho de: XAVIER (1990, p.11-24).

⁴⁴ “Arduíno Bolivar nasceu em 1873, em Viçosa, Minas Gerais, e morreu em 1952 em Belo Horizonte. Estudou no Colégio do Caraça, onde adquiriu notável domínio das Humanidades. Coursou, em Ouro Preto, o primeiro ano da escola de Farmácia e, em 1902, em São Paulo, obteve o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi Promotor de Justiça, Juiz de Direito, Diretor de Colégio, Professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, Diretor do Arquivo Público Mineiro, membro ilustre da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Comissão do Livro Didático. Colaborou na produção de um

Silveira⁴⁵ que, após alguns dias, seguiram com o especialista americano para a capital mineira.

Estabelecido no Grande Hotel em Belo Horizonte, começou o estudo de problemas formidáveis, tais como: uma promessa, por parte do governo, de quanto se poderia inverter no empreendimento; o número de alunos que devia comportar o estabelecimento nos primeiros anos; a qualidade da Agricultura mineira; os desenhos para o prédio principal, dormitório e abrigos de campo, para os respectivos departamentos de prática (Livro de Formatura ESAV 1939, [s/p]).

Rolfs sabia que se “transferisse” para MG o sistema de ensino de uma Escola Superior Agrícola de seu país, tal como a Escola Superior de Agricultura do Estado de Iowa ou do Estado da Flórida, sem as devidas “adequações”, estaria fadado ao fracasso e ao “desperdício de verbas” públicas.

Isto se deve ao fato do especialista ter iniciado, antes mesmo de vir ao Brasil, um estudo sobre a agricultura de Minas por meio de conferências com o Presidente do Estado, Arthur Bernardes, “outros educadores” e também quatro estudantes brasileiros que cursavam a Faculdade de Agricultura, de que era Diretor, a *Florida Agricultural College*.

Tais conferências o auxiliaram a compreender cada vez mais os propósitos do governo Bernardes. Dessa forma, a “[...] futura Escola devia ter como escopo máximo servir à mocidade rural do Estado, e que não devia ser simplesmente um estabelecimento para instrução, mas sim para orientar a todos que o procurassem” (Livro de Formatura ESAV 1939, [s/p]). Assim, a desejada modernização agrícola do Estado poderia atingir ao maior número de famílias rurais mineiras no menor tempo possível.

Para a elite política envolvida no projeto de criação da ESAV essas metas deveriam ser alcançadas, pois caso contrário temia criar um alto grau de rejeição da população rural quanto ao ensino agrícola, de modo que os fazendeiros continuariam a

Hinário Escolar, em dois volumes, elaborado a pedido do Governo de Minas Gerais, em 1926. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria, hoje Puc Minas e também fundador da Faculdade de Filosofia da UMG, hoje desmembrada em diversos institutos da UFMG, onde foi catedrático de Literatura Latina. Célebre latinista, seu trabalho de tradução é, talvez, a parte mais significativa de sua obra, pelo volume e pela qualidade”. Fonte: Dados extraídos do texto *Arduíno Bolívar: a memória do mestre*, de Johnny José Mafra e Simone von Rondon, publicado Revista da Academia Mineira de Letras - ano 81º - vol. XXX - setembro, outubro, novembro-2003, págs. 60/61.

⁴⁵ Álvaro da Silveira – Engenheiro, Geólogo e também professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Foi membro da Diretoria da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) de 1909-1916. Tendo ocupado o cargo de Chefe Técnico da Diretoria de Agricultura do Estado. Fonte: DULCI (1999, p.118).

enviar seus filhos para os grandes centros urbanos a fim de estudarem as tradicionais carreiras de Direito, Humanidades, Medicina e Farmácia.

Não que a escola visasse exclusivamente à formação dos filhos das elites rurais mineiras, no entanto, estes eram imprescindíveis no processo de modernização agrícola mineira então almejada. Posteriormente, serão tecidas maiores considerações sobre os principais objetivos político-econômicos e culturais visados pelo governo de Bernardes, com a criação da Escola Superior de Agricultura de MG.

Peter Henry Rolfs participou efetivamente de todo o processo de fundação da ESAV, suas primeiras ações foram marcadas pela “organização do plano geral do estabelecimento” e pela escolha do local mais apropriado para a sede da Escola, o que foi feito com uma comissão⁴⁶ instituída pelo governo mineiro. Para este, a localidade deveria estar situada na Zona da Mata “[...] por ser a de maior riqueza agrícola e densidade de população [...]”(LISBÔA, 1929, p.3).

No Livro de Formatura ESAV 1939 consta que a comissão visitou “[...] nove cidades da Zona da Mata, estudando o clima, área de terreno disponível relativamente grande, próxima a uma cidade pequena, bem como muitos outros pontos [...]” e, a partir de um minucioso trabalho de análise, foi, então, escolhida a localidade próxima a cidade de Viçosa-MG.

Com relação à questão da escolha da sede da instituição, “[...] o assunto é polêmico [...]” afirmou BORGES et al. (2000), pois, segundo o autor:

Até hoje há pessoas que pensam ter sido sua localização em Viçosa uma deferência bem brasileira à terra natal do autor da idéia, considerando que no vasto território mineiro haveria outros lugares mais apropriados para a instalação da Escola. (BORGES et al, 2000, p.5-6).

Entretanto, para CAPDEVILLE (1991, p.85) a comissão apenas visitou “[...] alguns sítios nas vizinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, decidiu-se, providencialmente, por localizá-la nas proximidades da cidade de origem do Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, isto é Viçosa [...]”. Também partidária da opinião deste autor escreveu SILVA (1995, p.44) que, na memória popular dos viçosenses até existe um ditado sobre a orientação dada por Bernardes ao Dr. Rolfs

⁴⁶ Fizeram parte dessa comissão os Drs. Álvaro da Silveira, Arduíno Bolívar, Mario Monteiro Machado e P. H. Rolfs.

quanto à escolha da sede da ESAV “[...] pode instalar a escola em qualquer lugar do Brasil, desde que seja em Viçosa [...]”, terra natal do Presidente.

Na análise de BORGES (2000), a polêmica lançada sobre a decisão de se instalar a futura Escola Superior de Agricultura de MG na “terra natal” de Bernardes é esclarecida principalmente se levada em conta a reputação ilibada dos membros da comissão; além da honrosa presença do Dr. Rolfs fazia-se presente também, como um dos membros, o então Diretor de Agricultura da Secretaria de Estado, Dr. Álvaro da Silveira. Logo, concluiu esse autor: “[...] faz pensar que, pelo menos, um estudo sério na Zona da Mata foi empreendido e a escolha do local não foi mera deferência a Bernardes[...]” (BORGES et al, 2000, p.5).

Já AZEVEDO (2005) não compartilha dessa opinião de BORGES (2000) e entende que, na escolha do local para receber a sede da ESAV, prevaleceu com maior peso o critério de natureza “política”, pois ao analisar o relatório da comissão apresentado pelo especialista americano ao governo mineiro, em 10 de março de 1921, considerou que o relator:

[...] chama a atenção sobre os quesitos que devem ser levados em conta para a escolha do local de uma escola de agricultura. ‘Se qualquer deles falta, êxito torna-se difícil, senão impossível, não obstante o dinheiro, paciência e tempo despendidos’. Os quesitos mencionados e que balizaram a escolha do melhor local para sediar a instituição foram: salubridade, terras convenientes, localização, publicidade, sentimento geral da comunidade, distância do centro da população, colheitas e água [...] Ainda em consonância com esses critérios, o parecer final de Rolfs, descartou a instalação da Escola nos outros três municípios examinados (Ubá, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova), por não ter visto ‘uma situação ou trecho de terreno que oferecesse possibilidade do estabelecimento de um instituto do tamanho do que se tem em vista: trechos se podem encontrar nesses lugares, mas a distância da cidade seria grande demais, para que ao empreendimento se pudesse dar uma feição prática’. Contudo, ressalva a necessidade da construção de residências para os professores, em virtude da distância e do tamanho da cidade de Viçosa, terra natal do Presidente Bernardes. Pode-se depreender dessa exposição de motivos técnicos que balizaram o parecer final que a escolha do local para a instalação da Escola de Agricultura, convenientemente, levou em conta, em última instância, as injunções de natureza política local e estadual, visto que Rolfs reconhece também que a sede da obra estaria relativamente distante do município escolhido. (AZEVEDO, 2005, p.64-65).

Outro dado que reforça a tese de que havia um anseio por parte do Presidente do Estado de “presentear” sua terra natal com a instalação de uma escola agrícola moderna, consiste no fato de Bernardes, em mensagem de 1920 dirigida ao Congresso Estadual,

ter proposto “a criação de uma Escola de Agricultura e Medicina Veterinária em Viçosa”⁴⁷.

Sem entrar em maiores detalhes sobre essas divergências acerca de escolha da sede da ESAV, destaca-se que o mais importante para o presente estudo é salientar a presença de representantes⁴⁸ da elite rural e intelectual da região na comissão instituída, principalmente do Dr. Álvaro da Silveira que, além de Chefe Técnico da Diretoria de Agricultura, era membro da diretoria da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA).

Esta associação, como dita no capítulo anterior do trabalho, representava os interesses das elites agrárias do Estado, por isso, foi o principal veículo do ruralismo brasileiro⁴⁹ em Minas. Tendo proclamado e defendido veementemente desde 1909 a modernização da agricultura via institucionalização do ensino agrícola no Estado sob todas as suas modalidades e níveis. Posteriormente, serão tecidos maiores esclarecimentos quanto às conexões existentes entre diretores da SMA⁵⁰, membros do setor produtivo, do aparelho estatal e dirigentes da ESAV.

Sendo assim, com base no Relatório da comissão de escolha do local mais apropriado para receber a instalação da ESAV o Presidente do Estado de MG, em 30 de novembro de 1921, sancionou o Decreto nº. 5.806, que aprovava a planta de construção, os “planos” da Escola e autorizava também a expropriação dos terrenos escolhidos para a edificação da instituição no município de Viçosa. Isto, caso os proprietários desses terrenos se negassem a vendê-los para o Estado.

⁴⁷ Conferir em Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC/FGV, verbete da Biografia de “Arthur Bernardes” disponível no sítio eletrônico http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes.htm/640_8.asp

⁴⁸ Caso da participação do Sr. Mario Monteiro Machado, ilustre fazendeiro da zona da mata mineira e do intelectual Dr. Arduíno Bolívar na comissão de escolha da sede da ESAV.

⁴⁹ Segundo MENDONÇA (1997) autora que estudou profundamente sobre a categoria ruralismo durante a Primeira República, por meio da criação da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura), da institucionalização da instrução agrícola no país e da configuração do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, deve-se entender que o ruralismo brasileiro de 1889-1930 nasceu: no final do século XIX, num momento de expansão da urbanização, tendo sido definido pela autora como “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes” (p. 26). Ela também o caracteriza como “[...] um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, **[Lê-se século XX]** unificado pelo fim último de restaurar a *vocação agrícola do país*, mediante a *diversificação da agricultura nacional*[...]” (p. 27, grifos no original). “[...] Portanto, trata-se de um movimento, e não apenas de uma ideologia, que representava os interesses dos setores dominantes (agrários) da sociedade brasileira, porém não-hegemônicos (isto é, não-vinculados à exportação do café). Daí a essência do movimento residir na reação à industrialização, o que se daria através da reafirmação de nossa vocação agrária, e na recusa do exclusivismo do café, o que se expressaria na defesa da diversificação agrícola. O movimento, ainda que perpassado por divergências internas, seria unificado em torno desses dois objetivos máximos”, (PERISSINOTTO, 1999, p.151).

⁵⁰ Sobre o processo de configuração e evolução da Sociedade Mineira de Agricultura durante a Primeira República ver FARIA (1992, p. 122 – 172).

A respeito da aquisição das terras destinadas à criação da Escola, BORGES (2000) escreveu que:

[...] O Dr. Fernando de Mello Vianna, Procurador-Geral do Estado, veio pessoalmente a Viçosa, optou pela compra em vez da desapropriação e teve de enfrentar sérias dificuldades para convencer os agricultores a transferirem as propriedades para o Estado [...] (BORGES et al; 2000, p.6).

Para PANIAGO (1990) essas dificuldades enfrentadas pelo então Procurador-Geral do Estado foram de curta duração, pois, ao verificar junto ao Cartório de 2º Ofício de Viçosa, MG, do titular Geraldo Lopes de Faria, constatou que as escrituras de vendas dos terrenos foram assinados, em sua maioria, no transcorrer dos meses de janeiro e fevereiro de 1922, antes mesmo da sanção do decreto nº. 5.806, de 30 de dezembro de 1921, que autorizava a desapropriação dos terrenos escolhidos pela comissão já citada.

Dessa maneira, concluiu a autora que:

A desconfiança típica do viçosense pode ter influído para uma hesitação inicial, mas, por outro lado, a confiança nos atos de um Presidente de Estado Viçosense pode ter concorrido para a anulação de uma resistência persistente que pudesse dificultar, ou mesmo impedir, a construção da ESAV. Afinal, foram comprados os 453 hectares da área necessária para o início das obras por 294:800\$000 (duzentos e noventa e quatro contos e oitocentos mil réis) [...] (PANIAGO, 1990, p.150).

Assim, após a compra dos terrenos a ESAV, foi instalada legalmente em Viçosa, pelo Decreto nº. 6.053 de 30 de março de 1922, baixado pelo Vice-Presidente do Estado em exercício, o Sr. Eduardo Carlos Vilhena do Amaral. “Em verdade, a primeira turma de trabalho, com alguns foiceiros e um marceneiro, já havia iniciado as atividades em 18 de janeiro” (BORGES et al; 2000, p.7).

Veja a seguir a foto que retrata as fazendas compradas pelo Estado para a construção da ESAV, em seguida notem a legenda que explicita as delimitações e os nomes dos antigos donos das referidas fazendas em 1921.



Figura 3: Fazendas adquiridas pelo Estado para a instalação do Campus da ESAV em 1921.

Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 17.



Figura 4: Legenda das fazendas destinadas à instalação do Campus da ESAV em 1921.

Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 19.

Segundo Mourão (1962, p.557), a segunda providência governamental após a sanção da Lei nº. 761 de 06/09/1920, que criava a ESAV foi a de baixar “[...] o Decreto nº. 5. 623 de 31 de março de 1921, abrindo um crédito de 1000.000\$000 para a instalação da Escola [...]”, quantia esta já prevista no artigo 5º da Lei de criação da escola.

Esse autor considerou que a edição do Decreto nº. 5.623/1921 foi morosa, pois ocorreram “vários meses” após a sanção da Lei nº. 761/1920. Porém, ao se fazer a conta, logo se percebe que apenas seis (6) meses separaram a edição da Lei de autorização da criação da escola do segundo instrumento legal baixado pelo governo, o qual estabelecia o valor destinado aos gastos com a constituição da Escola.

Todavia, vale ressaltar que, ao se observar os trâmites do processo de criação e instalação da Escola de Viçosa chamou a atenção a seguinte colocação dos autores Paolo Nosella e Ester Buffa (2000, p.28):

Sabe-se que, no Brasil, há normalmente uma defasagem temporal entre a criação e a instalação de escolas, especialmente públicas. A criação é atribuição do Poder Legislativo enquanto a instalação é atribuição do Executivo, que destina à escola a ser instalada uma verba orçamentária e nomeia o diretor [...]

Tendo em vista a colocação dos autores acima citados, dois fatos atraíram a atenção no caso de instalação da ESAV. Primeiro: praticamente não houve “defasagem” entre o período de criação e estruturação da Escola no município de Viçosa, pouco mais de um (01) ano e meio, o que contraria a lógica nacional e enfraquece a menção do autor Mourão (1962) quanto à suposta lentidão do governo em dar prosseguimento à estruturação da instituição, na qual é comum se encontrar uma “demora” em muitas situações de até quatro (04) anos entre os processos de criação e instalação de uma instituição pública de ensino no país. Esta ausência de defasagem aponta o elevado grau de interesse depositado pelo Estado de MG na efetivação do projeto educativo “esaviano” no menor tempo possível.

O Segundo fato que atraiu a atenção relaciona-se com a orientação dada pelos autores BUFFA e NOSELLA (2000) no que diz respeito à divisão das tarefas atribuídas aos poderes legislativos e executivos no tocante à criação e à instalação de instituições de ensino públicas.

Ao se comparar o processo de constituição da Escola de Viçosa, constatou-se que não houve apresentação de um projeto de lei à Assembléia Legislativa por

intermédio de algum Deputado mineiro, pois, foi o próprio Presidente do Estado, Arthur Bernardes, que propôs ao Congresso Estadual, em 1920, a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária pública em MG por meio do Decreto Lei⁵¹ nº 761 de 6/09/1920. Por isso, Bernardes é considerado o principal articulador político da criação da ESAV.

É o que se pode constatar logo abaixo, ao se observar as palavras que dirigiu ao Congresso mineiro em sua 2ª Sessão Ordinária da 8ª legislatura em 1920:

[...] Não se compreende que um Estado como o de Minas, que tem na produção agrícola a melhor fonte de sua riqueza e quase só da agricultura tem vivido até hoje, não haja ainda fundado uma escola desse gênero, *que sirva de base à nossa educação agrícola*, que não devemos decurar e que aperfeiçoe nossas noções sobre as especialidades em que a agricultura se divide. Sem embargo do ensino agrícola ambulante, cujo desenvolvimento devemos estimular por sua função altamente prática e porque abrange os que não passam pela escola, *tudo nos aconselha a criação de um estabelecimento de ensino agrícola aperfeiçoado e moderno*. Imprimindo mais sistema e acerto ao trabalho rural, ele concorrerá para tornar mais consciente e produtivo o nosso esforço no trato da terra. [...] É tempo também de abirmos novo campo à atividade de tantos moços que ao saírem dos ginásios, só encontram aberta à seqüência de seus estudos as portas da academia por onde enveredam, abraçando profissões para que muitas vezes não possuem aptidão necessária e nas quais vão fazer o sacrifício da carreira e do próprio futuro. *Conviria pois autorizásseis o governo a fundar um instituto daquele gênero e a contratar profissionais estrangeiros capazes de organiza-lo, dada a escassez de sumidades em nosso país* (BERNARDES, 1920, p.13-14).

A resposta da mensagem dirigida pelo Presidente Bernardes ao Congresso Estadual foi tão “positiva” que, em 1 de janeiro de 1921, já se encontrava contratado o especialista norte-americano Peter Henry Rolfs, para atuar no processo de organização da ESAV.

Vistos os primeiros passos dados pelo governo de Minas relativos à fundação da Escola de Viçosa, cabe apresentar, a partir do próximo item, o período de construção do conjunto arquitetônico inicial da instituição, tendo em vista os acontecimentos mais marcantes dos sete anos de estruturação do estabelecimento.

Tais acontecimentos já revelavam a mudança de estratégia do governo Arthur Bernardes quanto às funções destinadas ao ensino agrícola mineiro. Conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, se em Minas, nos primeiros decênios da República, o objetivo maior do Estado era fazer da instrução agrícola um instrumento de organização da mão-de-obra rural com base numa educação básica para

⁵¹ Deve-se ressaltar que, este fato denota um forte sinal de “verticalização do poder” no governo estadual do Presidente Arthur Bernardes, pois o mesmo simplesmente editou um Decreto Lei para criar a ESAV em vez de ter tramitado um projeto de lei junto ao poder legislativo do Estado.

o trabalho, com a criação da ESAV teve-se como eixo a estratégia⁵² da modernização do campo, por meio de todos os níveis de ensino agrícola (primário, médio e superior).

⁵² O que não se deve perder de vista é que a estratégia de modernização do campo em Minas Gerais tem “raiz” no projeto de diversificação produtiva esboçado no Congresso Econômico de 1903, já abordado pelo presente estudo no capítulo anterior.

2.2 A Construção

Falar da fase de construção da Escola de Viçosa seria uma tarefa árdua ou quase impossível caso não se contasse com duas importantes categorias de fontes primárias da instituição pesquisada: o relatório do Engenheiro Chefe da Comissão de construção da ESAV, João Carlos Bello Lisbôa, apresentado ao então Secretário de Agricultura do Estado, Sr. Djalma Pinheiro Chagas em 28 de fevereiro de 1929, e a publicação “Primeiros Tempos da Universidade Federal de Viçosa pelas Lentes de Rolfs”. Esta publicação contém importantes fotografias de um rico acervo⁵³ fotográfico do especialista norte-americano, Dr. P.H. Rolfs, o qual documentou, de 1921 a 1928, os principais passos da edificação desta escola.

Sabe-se que um estudo histórico de qualquer natureza pode ou não privilegiar pessoas ilustres, leis, Estados e Nações, a fim de mistificá-los e até mesmo glorificá-los. Neste item do trabalho, o interesse maior é o de expor ao leitor fatos históricos pertinentes à construção da ESAV, destacando e classificando as ações dos sujeitos sociais envolvidos na edificação da instituição investigada, conforme o contexto social, político, educacional e cultural da época.

Dando prosseguimento ao itinerário de instalação da Escola deve-se mencionar que, após a escolha do local e compra dos terrenos “[...] foi feita a locação dos edifícios e organizada a planta geral” (LISBÔA, 1929, p.5). Assim, com as providências iniciais tomadas, lançou-se, em 10 de junho de 1922, a pedra fundamental do Edifício Principal⁵⁴ da ESAV com a presença de grande público, conforme mostra a foto abaixo.

⁵³ Este acervo de fotografias do Professor Rolfs (*Peter Rolfs Collection*) contém mais de 500 fotografias e se encontra atualmente na Universidade da Flórida sob a responsabilidade do Sr. Carl Van Ness, Diretor da Biblioteca desta universidade americana.

⁵⁴ O Edifício Principal era destinado ao funcionamento da Escola propriamente dito. Nele funcionava “[...] salas de aulas, laboratórios, gabinetes científicos, etc e a sua administração (gabinete do Director, Diretoria, Congregação, Secretaria, Biblioteca, etc.) [...]” (LISBÔA, 1929, p.12).

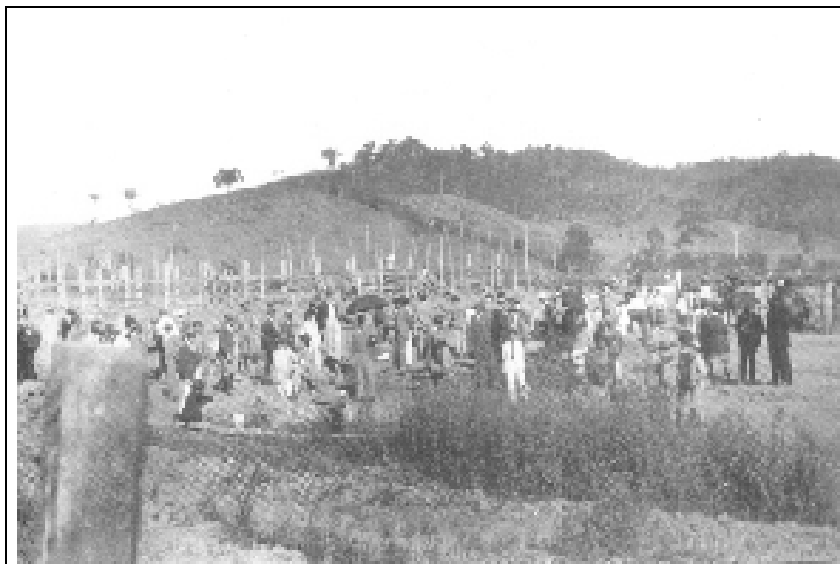


Figura 5: Presença de autoridades locais e do povo viçosense à colocação da pedra angular do Edifício Principal da ESAV em 10/06/1922.
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 34.



Figura 6: Colocação da pedra fundamental do Prédio Principal da ESAV em 10/06/1922.
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 34.

Consta, nas fontes primárias analisadas e também em alguns trabalhos⁵⁵ históricos sobre a instituição, que variadas foram as dificuldades enfrentadas pelos construtores durante as obras dentre elas, destacam-se as dificuldades: na compra de

⁵⁵ Ver sobre isso também em: UREMG (1968); LOPES (1995); COELHO, E. (1996); BORGES et al, (2000); AZEVEDO, (2005) e BORGES & SABIONI, (2006).

materiais para a construção⁵⁶, falta de mão-de-obra especializada, existência de elevados índices de analfabetismo, doenças entre os operários, principalmente de verminoses e outros obstáculos⁵⁷.

Conforme o Relatório final da Comissão⁵⁸ de Construção, os problemas de deficiência de materiais, de mão-de-obra especializada, de saúde e do baixo índice de escolaridade dos operários foram, em grande parte, solucionados pelo “systema de administração” elaborado por João Carlos Bello Lisbôa⁵⁹.

Para COELHO, E. (1996, p.45) este sistema de administração possibilitou ao Engº Chefe obter “[...] de seus operários, durante as construções, uma freqüência ao trabalho superior a 95% e uma disciplina exemplar, fundamentada na consideração que por eles tinha [...]”. Esse mesmo autor escreveu que:

⁵⁶ “Toda a pedra usada nas construções proveio de uma pedreira já existente, mas muito melhorada em seu funcionamento. As pedras eram transportadas em vagonetes, sobre trilhos de bitola estreita, até o carregamento nos vagões da Leopoldina Railway. Nas olarias foram fabricados cerca de dois e meio milhões de tijolos de boa qualidade. As toras de madeira, provenientes de Raul Soares, Lindóia e Rio Casca, eram desdobradas na serraria. A ferraria fabricava e consertava peças necessárias aos outros serviços. Na carpintaria foram feitos os engradamentos, soalhos e forros. As portas, janelas e, principalmente, o mobiliário, de ótima qualidade, foram executados na marcenaria. Telas, escadas e cochos foram também fabricados localmente”. (BORGES & SABIONI, 2006, p.27).

⁵⁷ De acordo com o autor AZEVEDO (2005 p.65-66): “Outra grande dificuldade ocorrida durante as obras, apontada por Bello Lisbôa, foi criada pela obrigação contratual estabelecida a P. H. Rolfs, de submeter à aprovação do governo mineiro as plantas e os outros desenhos dos edifícios e laboratórios. Quando Bello Lisbôa assumiu os trabalhos de construção, o pessoal da Secretaria de Agricultura não aceitava seus projetos, por considerar que tal prerrogativa cabia ao Diretor, o que gerou uma situação de conflito que, se não fosse superada, poderia interromper o primeiro contrato de quatro anos do então diretor, o que representaria, para o Estado e para a Escola, grande prejuízo. Contornado esse impasse com a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, ficou estabelecida a seguinte divisão de trabalho: ao engenheiro chefe caberia a responsabilidade da construção, enquanto ao diretor foi confiada a responsabilidade sobre máquinas e pessoal necessários ao início dos trabalhos agrícolas do estabelecimento”.

⁵⁸ Vale ressaltar que, a comissão de construção da Escola constituiu-se de um engenheiro chefe, um engº auxiliar, um guarda livros, um almoxarife e um apontador. E quando se fazia necessário eram admitidos funcionários para auxiliarem o almoxarife e também ao apontador. Tendo esta comissão sido dissolvida em dezembro de 1928. Segundo a publicação oficial UREMG (1968, [s/p.]): “As 67 obras realizadas pela comissão de construção e entregues ao patrimônio da escola a 28 de fevereiro de 1929, desde os majestosos edifícios, até as estradas, terraplanagens, residências para professores e operários, abrigos para máquinas e animais e demais instalações, custaram ao Estado 3.723:427\$ [...]”.

⁵⁹ Bello Lisbôa, assim como era comumente chamado na época em estudo, foi o terceiro Engenheiro Chefe da comissão de construção da ESAV. Contratado Engenheiro do Estado por convite do Engº Mário Monteiro Machado, em 5 de agosto de 1922, assumiu a função de Engº Auxiliar na construção da Escola no dia 14 de setembro do mesmo ano e foi nomeado Engenheiro Chefe em 16 de dezembro de 1922. O primeiro Engenheiro Chefe foi o Dr. Honório Hermeto Corrêda da Costa “[...] que esteve à frente dos trabalhos até 11 de julho do mesmo ano, quando passou a exercer o elevado cargo de Director da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Foi segundo chefe da Comissão de Construção o engenheiro Mario Monteiro Machado, que servia também ao Estado, na qualidade de engenheiro da 14ª. Cincunscção de obras publicas com sede em Ubá, tendo elle chefiado a construcção, até 16 de dezembro de 1922”. (LISBÔA, 1929, p.3)

[...] Em razão do vulto das obras e da falta de material de construção na região de Viçosa, decidiu o Engenheiro Bello Lisboa, inclusive por economia, criar no município variados serviços industriais. Foram montadas: uma pedreira, com grande capacidade produtiva diária; as olarias; que produziram os mais de dois milhões de tijolos consumidos nas obras; uma serraria; uma carpintaria; uma ferraria; uma marcenaria; e uma fábrica de telhas de cimento. A areia empregada nas construções foi toda extraída do subsolo local, e todo o mobiliário, inclusive o que ornamentou o magnífico salão nobre do Edifício Principal à época de sua inauguração, foi obtido na região. Da mesma forma, ladrilhos, balaustradas, pedras-plásticas e incrustações de mármore utilizadas foram localmente obtidos. Através dessas indústrias, algumas centenas de brasileiros tiveram a oportunidade de receber ensinamento profissional.

De fato, as fotografias a seguir registram grande parte dessa infra-estrutura criada pelos dirigentes da ESAV.



Figura 7: Operários escavando o subsolo para extração de areia.
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 27.



Figura 8: Central Elétrica, Ferrara (acima); Marcenaria e Carpintaria (abaixo).
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 28.

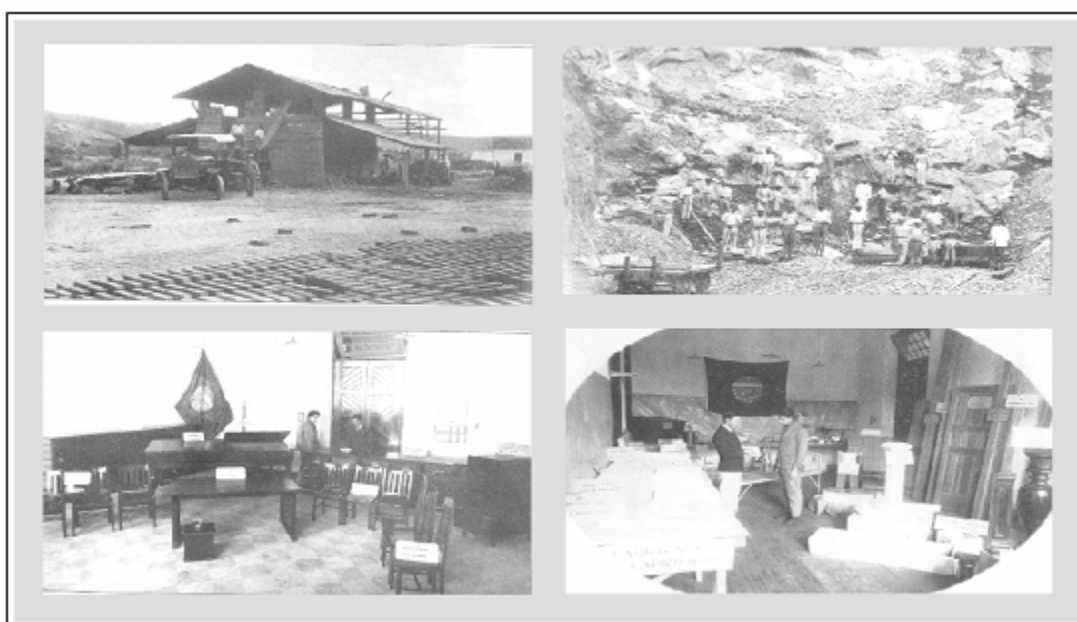


Figura 9: Olaria, Pedreira e trilhos para os vagonetes (acima); Exposição de mobiliário e Ladrilhos, esquadrias e moldados (abaixo).
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 29.

Todavia, não se deve perder de vista que a profissionalização promovida nas obras da ESAV visava, sobretudo, a dinamização do trabalho dos operários envolvidos na edificação da instituição e principalmente a economia nos custos do empreendimento.

Por outro lado, ao se analisar o relatório do Engº Bello Lisboa, constatou-se que o “systema de administração” da comissão de construção da Escola produziu uma boa

dose de “entusiasmo pela educação e de otimismo pedagógico”⁶⁰, pois a alfabetização, a moralização, a profissionalização e a saúde dos operários foram alvos de seus construtores desde os primeiros tempos. Assim, o relato abaixo do Engenheiro Chefe da Construção sugere que a educação, nas obras da ESAV, também era apresentada como uma panacéia⁶¹ para todos os males do país:

Por sermos partidários do aproveitamento de todas as ocasiões que se oferecem para acção social, visando o melhoramento do nosso povo, instituimos vários trabalhos, cujos fructos são mais que compensadores. Dentre estes destacam-se a Caixa Beneficiente, creada em 25 de dezembro de 1922, pelo seguinte contracto assignado pelo pessoal da Escola: *‘Considerando que a falta de saúde e o analfabetismo são as duas maiores fontes de males dos brasileiros, porque as doenças lhes tiram as forças e o não saber ler priva-os de luzes, os abaixo assignados, empregados da Escola Superior de Agricultura e Veterinaria do Estado de Minas Gerais, se comprometem, para combaterem entre elles essas misérias, a pagar, pontualmente, suas mensalidades, de accordo com a tabella organizada’*. Vencimento mensaes: até 100\$000, mensalidade de 3\$500; de 100\$000 a 200\$000 – 4\$000; de 200\$ a 300\$ - 4\$500; de 300\$ a 400\$ - 5\$000; de 400\$ em diante – 6\$000, mensalmente, e o engenheiro chefe – 10\$000, mensaes. (LISBÔA, 1929, p.71).

Dessa forma, a caixa beneficente financiou, durante a construção, o serviço de saúde do pessoal, “serviços de ensino de música”⁶², auxílios funerais e promoveu o funcionamento do primeiro ensino da instituição: o da instrução primária aos filhos dos operários e empregados adultos, que foi ministrado por uma professora custeada pela

⁶⁰ Cf. NAGLE, J. (1974, p.101-102): “O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e ‘educadores’ – principalmente os ‘educadores profissionais’ que aparecem nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História Brasileira. De fato, enquanto o tema da escolarização era proposto e analisado de acordo com um amplo programa desta ou daquela corrente ou movimento, ela servia a propósitos extra-escolares ou extra-pedagógicos; era uma peça entre outras, peça importante, sem dúvida, mas importante justamente pelas suas ligações com problemas de outra ordem, geralmente problemas de natureza política. Nesse momento, a escolarização era tratada por homens públicos e por intelectuais que, ao mesmo tempo, eram ‘educadores’, num tempo em que os assuntos educacionais não constituíam, ainda, uma atividade suficientemente profissionalizada [...]”.

⁶¹ Segundo ROCHA (2001, p.450) a palavra panacéia significa: “Suposto remédio para todos os males. Solução que abrange todos os problemas”.

⁶² Segundo BORGES & SABIONI (2006, p.22): “A primeira manifestação cultural na ESAV foi o ensino de música e a fundação de uma Banda de Música, também financiados pela Caixa Beneficiente. Essa banda existiu durante todo o tempo de construção da obra e tocou em todas as festas e solenidades e, até mesmo, em localidades vizinhas, como Ponte Nova”.

caixa dos funcionários numa Escola diurna. Segue, em seguida, fotos da Escola mencionada e da primeira Banda de Música da ESAV.



Figura 10: Escola para os filhos dos trabalhadores da construção – O primeiro ensino na ESAV.
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 20.



Figura 11: Banda de Música – Uma das primeiras manifestações culturais da ESAV (vendo-se Bello Lisbôa assentado na posição central).
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 22.

Nota-se que, a figura 10 retrata parte do “espírito” de redenção social que marcou a educação primária brasileira dentre os anos 1910 e 1920. Observe que o

prédio da Escola de primeiras letras das obras da ESAV era dotado de “janelões” a fim de manter principalmente um clima “arejado” e limpo. Percebe-se também a presença de um número considerável de alunos e alunas, todos filhos de operários da obra.

Já a figura número 11 aponta ao leitor uma amostra do senso de organização e estética presente na ESAV desde os seus primeiros tempos. É interessante constatar, que apesar de se tratar de uma Banda de Música de uma escola agrícola, havia todo o cuidado com a imagem da banda, por isso todos estavam bem uniformizados e “alinhados”. Isto denota mais um indício do juízo de organização da instituição e também mais uma estratégia de disciplinar e melhorar a mente do operário da Escola.

Cabe ressaltar que, no primeiro momento, a escola de educação primária priorizou o atendimento aos filhos dos operários, para logo em seguida oferecer o curso primário para os trabalhadores no turno noturno. É o que registra a foto abaixo.



Figura 12: Escola noturna para os operários (vale notar em pé, à direita P.H Rolfs e o Engº Chefe Bello Lisboa).

Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 21.

A figura acima chega ser curiosa, visto que através da sua imagem algumas perguntas se fazem necessárias e até suscitam questionamentos que extrapolam os objetivos do presente estudo, porém contribui para o levantamento de problemas para serem respondidos em outras oportunidades de pesquisa.

Assim, foram levantadas as seguintes perguntas: Se a Escola noturna da obra da ESAV era destinada para os operários por que a presença de crianças entre os adultos? Seriam estas crianças operárias? Com relação ao vestuário, chamou a atenção o fato dos

presentes na fotografia estarem de paletó, no entanto estavam de “pés descalços”, por que isto? Para manter a limpeza e higiene da sala de aula? Pode-se visualizar a presença dos membros da direção da ESAV, Dr. Rolfs e Dr. Bello Lisbôa na sala, estariam os alunos participando de alguma comemoração ou atividade avaliativa?

Percebe-se também que apesar da proposta pedagógica esaviana ter sido inspirada na moderna pedagogia dos *Land Grant Colleges* americanos constata-se também resquícios do ensino tradicionalista como – a própria posição da mesa dos professores e carteiras dos alunos. Isto denota que neste ambiente escolar a posição central dos professores indica a hierarquização do saber (professor detentor do conhecimento e aluno agente passivo no processo ensino-aprendizagem).

Com relação ao ensino básico promovido pela Caixa Beneficente durante todo o tempo da construção, Bello Lisbôa escreveu em seu relatório que:

As escolas primarias mantidas pela Caixa Beneficente prestaram ao Estado de Minas relevante serviço, alfabetizando muitas centenas de crianças e adultos. De maior importância, entretanto, é a demonstração que dão as referidas escolas, pelos resultados obtidos, de ‘querer o povo se instruir’. Estatísticas levantadas no início, mostram a elevadíssima percentagem de 92% de analfabetos. O pior, todavia, era a aversão que mostravam os analfabetos a freqüência à Escola. Com um quadro de 450 operários, conseguimos, no início, depois de muita propaganda, apenas 22 adultos numa classe. Não nos trouxe este facto nenhum esmorecimento; pelo contrario, intensificamos a propaganda. Actualmente há, annexas à Escola Superior de Agricultura e Veterinária, três classes nocturnas para adultos, freqüentadas por mais de 100 alunos, estes empregados das fazendas vizinhas, visto o pessoal da Escola já estar alfabetizado, podemos dizer, dada a fraca percentagem de analfabetos actualmente: apenas 6%. (LISBÔA, 1929, p.72).

Quanto à saúde dos operários, foi promovido logo no início da administração do Engenheiro Bello Lisbôa junto aos médicos da Caixa Beneficente, os Drs. João Batista Brito e Cyro Bolívar Moreira, um rigoroso exame médico, que diagnosticou o quadro de “98% de infectados por verminoses e outras doenças”. A partir deste resultado “entristecedor”, conforme relato do Eng^o Chefe, houve a efetivação de uma intensa campanha contra a verminose⁶³ e contra as outras doenças detectadas. No Entanto, Lisbôa afirmou que, no sétimo (7º) ano da construção as doenças no pessoal da Escola eram praticamente inexistentes. Mesmo assim deixou registrado que:

A campanha contra verminose é difficil e exige energia forte; observamos que os verminosos repudiam os remédios, isto em consequência da doença. Alguns milhares de

⁶³ Sobre a influência da saúde na educação ver GONDRA (2000, p. 519-550).

tratamentos de verminoses foram feitos, empregando-se os vermífugos usuais, sempre com prescrição médica. Apenas um caso fatal se registrou; o falecimento dum operário, não tendo sido possível apurar-se si o óbito foi motivado pelo medicamento ‘necatorina’ ou si por motivo do uso do álcool, pouco antes depois do uso do vermífugo. (LISBÔA, 1929, p.73).

E o “entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico”⁶⁴ articulados durante a construção da instituição não se limitaram à profissionalização, à alfabetização e à promoção da saúde dos operários, já que eram realizadas, pelo Engº Chefe, semanalmente, “preleções” sobre assuntos educativos com todos os funcionários que ocupavam a função de encarregados de serviço (mestres de obra, feitores, etc.). Cabia a esses encarregados de serviço transmitir os assuntos tratados nas reuniões aos seus subordinados. Deve-se destacar que esses momentos chamados pelo engenheiro de “educação propriamente dita” ocorriam sempre aos sábados, após o pagamento semanal.

Faziam parte do rol dos assuntos tratados nas preleções de Bello Lisbôa, os seguintes temas “[...] combate ao álcool, pontualidade ao trabalho, não serem usadas armas; males causados pelo jogo, desgraças da syphilis; amor à pátria, respeito às autoridades, organização de família, etc [...]” (LISBÔA, 1929, p.72). Todos esses temas estavam em perfeita sintonia com a *ordem*, a *disciplina*, a *moralização* e a *hierarquização* incutida pela administração da Escola no comportamento dos operários. Por isso, o Engenheiro Chefe descreveu ao Secretário de Agricultura em seu relatório sobre as preleções que, “[...] atribuímos a este trabalho a perfeita ordem e disciplina que sempre reinaram, durante a construção, nas dependências da Escola [...]” (LISBÔA, 1929, p.73).

Na verdade, essas “qualidades”, que eram tão cultivadas e incutidas pelos dirigentes da instituição em seus operários, apenas refletiam o pensamento dominante de uma elite brasileira da década de 1920, que articulava a *educação do povo* assentada na trinômia *saúde, moral e trabalho*, principalmente para organizar a mão-de-obra dos campos e das cidades. De acordo com a autora CARVALHO (1997, p. 127) “[...] ‘Organizar o trabalho’ no país era a fórmula que condensava as expectativas de modernização e controle social depositadas na educação [...]”.

Por isso, o sistema de administração da comissão de construção da ESAV elaborou um perfeito mecanismo de controle e identificação de seus operários desde a

⁶⁴ Cf. NAGLE (1974, p. 97 - 124).

seleção do pessoal destinado a trabalhar nas obras, evitando assim, qualquer entrave no que diz respeito à ordem e ao progresso da construção. Deste modo, descreveu o engenheiro chefe a estratégia de identificação dos operários:

Houve por parte da administração o maximo cuidado com a selecção do pessoal; evitamos, por exemplo, os indivíduos que, por motivo de apresentações, muito communs, principalmente nas obras publicas, procuram empregos e não pedem trabalhos, constituindo-se verdadeiros parasitas, muito prejudiciaes à economia das obras. Mantivemos firme campanha contra os ociosos que, sendo collocados, além do prejuízo que economicamente causam, se tornam perigosos á comunidade, pelo mau exemplo que dão [...] Todas as pessoas que trabalharam na Escola e que receberam, portanto, vencimentos, apparecendo em folhas de pagamentos foram identificadas. Esta prática é de grande alcance. A identificação com o facto de deixar impressão digitaes, afasta muitos indivíduos suspeitos. Um criminoso, não dá nunca a identificação, por temer a acção policial. Numa grande obra como a nossa, constitue inestimável serviço, o afastamento systemico de indivíduos suspeitos ou criminosos, isto por força de identificação, apresenta muitas outras vantagens como a de se poder acompanhar com exactidão o empregado e a melhor distribuição de justiça (LISBÔA, 1929, p.8).

E para garantir a disciplina dos trabalhadores, a administração da obra associou o mecanismo de controle e identificação dos operários a um sistema de trabalho calcado na responsabilidade pessoal do operário, o qual consistia na subdivisão do pessoal em grupos, para que cada grupo fosse coordenado por um encarregado. Desta forma, este encarregado seria o responsável pelas tarefas e pelo procedimento de sua turma. Vale notar que os encarregados recebiam também de seus superiores, por escrito, as ordens de serviços, fossem de efeito geral ou de caráter permanente; isso ocorria também nos sábados.

Sobre as ordens de serviço, o autor AZEVEDO⁶⁵ (2005, p.66-67) constatou que houve prática de autoritarismo, controle do espaço e do tempo livre dos operários por parte da administração da construção, porque, existiam ordens de serviços dos anos 1923 e 1924 que: responsabilizavam os encarregados de serviço a pagarem “as despesas com concertos de obras mal executadas”; suspendiam os trabalhadores que faltassem nos dias de carnaval; proibia a participação dos operários nas festas de 1º de maio (Dia do Trabalho) da cidade, por terem sido consideradas uma comemoração anárquica e não cívica.

⁶⁵ Segundo AZEVEDO (2005, p. 72): “O resultado dos mecanismos criados para o controle da conduta social dos trabalhadores parece ter sido tão eficaz, que eles se constituíram na pedra fundamental, no modelo de ação pedagógica e disciplinar que será, em suas linhas gerais, adotado pelo engenheiro junto aos estudantes e amiúde aos funcionários e docentes, após a inauguração da Escola, onde ocupará o cargo de Vice-diretor, tendo como uma das atribuições a de zelar pela ordem e disciplina no estabelecimento [...]”.

Existiam também ordens de serviço desses anos que, estabeleciam fixamente datas e horários para o atendimento médico oferecido pela Caixa Beneficente aos operários somente aos domingos, “por ser o dia mais apropriado”. Para a frequência das crianças, rapazes e homens na Escola primária também havia um rígido controle dos dias da semana e horários, inclusive havia uma determinada ordem a que, punia, com descontos na folha de pagamento, todo trabalhador que não mantivesse a frequência regular de seu filho na Escola.

SANTOS (2006, p.11)⁶⁶ também identificou, nas ordens de serviço da comissão de construção da Escola, um meio de controle social e hierarquização dos operários, pois:

A observação dos horários de trabalho, que no caso dos membros da comissão construtora e demais funcionários, deveria ser de 8 às 10, e de 11 às 14 horas, é um exemplo do ideal de máxima eficiência individual que regia a instituição. Os atrasos e faltas eram tidos pelos diretores como injustificáveis e geravam demissões e outros tipos de admoestações, como ocorreu com o empregado Kurt Voss em 25 de julho de 1924, demitido por justa causa.

Ainda segundo esse autor, a ordem de serviço nº 21 de 5 de janeiro de 1924 advertia e coibia qualquer tipo de conversas “alheias às atividades profissionais”.

Este sistema de administração proporcionou aos dirigentes uma situação confortável quanto ao aspecto disciplinar do pessoal, pois o próprio Engenheiro encarregado expôs à Secretaria de Agricultura, no relatório final da comissão, que durante todo o tempo das obras não houve se quer uma ação policial contra os empregados da ESAV. Destacou, ainda, a importância da pontualidade dos pagamentos dos trabalhadores na garantia da ordem geral dos trabalhos. Quanto à indisciplina, ressaltou apenas um princípio de greve, abafada em maio de 1923:

De indisciplina só se registrou um facto de alguma importância, uma tentativa de greve, sem razão, por parte de alguns empregados, a 1º de Maio de 1923. Foi a administração forte, para suffocar a rebelião sem ter pedido o menor auxilio á policia e fez justiça, afastando immediatamente, os responsáveis. (LISBÔA, 1929, p.8).

Deste modo, entende-se que todas as medidas tomadas pelos construtores da Escola de Viçosa para solucionar os obstáculos da obra conseguiram promover um

⁶⁶ O artigo deste autor intitula-se “Nos primórdios da Instituição: a ESAV e o acervo documental do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa” e ainda não foi publicado. Mesmo assim, foi gentilmente cedido por SANTOS, Thiago Nicodemos Enes.

determinado nível de melhorias nas condições de vida dos operários e de seus familiares.

Contudo, há indícios de que esses homens foram submetidos à *educação*, ao *melhoramento físico, moral e mental* pelo sistema de administração da obra, sobretudo para atingir a sua principal meta: o progresso, a economia dos custos das construções e a maior produtividade.

Mesmo assim, os resultados alcançados pelo “systema de administração” empreendido pela comissão de construção da ESAV quanto à profissionalização, racionalização do trabalho, controle social, forma(ta)ção moral e mental dos operários não foi o suficiente para que a meta prevista de conclusão da escola se efetivasse no prazo, que era de cinco (5) anos, haja vista que, o próprio Dr. P.H. Rolfs apontou, em relatório destinado à Secretaria de Agricultura, uma série de razões que justificavam o atraso:

O trabalho nas construcções têm progredido constantemente. Em empreendimento tão grande como o Estado, iniciou, aqui, seria difficil, se não de todo modo impossivel, completar todas as construcções dentro do prazo de 5 annos. Além de ser muito difficil, teria sido muito custoso, desde que ninguém póde prophetizar quaes serão as necessidades da agricultura do Estado, e em que ramo a Escola deve se desenvolver mais rapidamente. *Devido á falta absoluta de carpinteiros e marceneiros hábeis, o trabalho de aparelhamento dos prédios têm sido mais vagarosos do que se esperava.* (ROLFS, 1927, p.20).

Com relação ao andamento do marco inicial da Escola, isto é, o prédio principal, os autores BORGES & SABIONI (2006, p. 35) relatam que, em 29 de novembro de 1922, finalizava-se a ereção dos alicerces do prédio, tendo o “[...] porão, o primeiro andar e parte do segundo andar [...]” construídos em 1923, como se pode perceber conforme as fotos abaixo.



Figura 13: Ultimação dos alicerces (destaca-se da esquerda para a direita a presença de Rolfs, Clarissa Rolfs, filha do especialista americano e a do Engº Bello Lisbôa).
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 35.

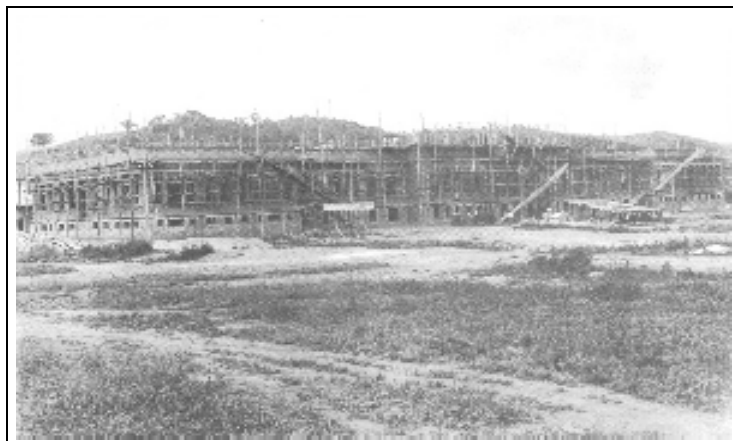


Figura 14: Fase inicial da construção do 2º andar do Prédio Principal.
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 35.

Já o ano de 1924 foi marcado por uma celebração durante a colocação da cumeeira⁶⁷ do edifício principal, justamente no dia 8 de agosto, data do aniversário do Presidente Arthur Bernardes. Na verdade, esta comemoração foi uma homenagem do poder público municipal e do povo viçosense ao seu filho mais ilustre, uma vez que, conforme BORGES & SABIONI (2006, p. 35), estava “[...] presente a sociedade local e muito povo, desfile dos estudantes do ginásio, discursos e retreta com a Banda de Música dos operários [...]”. Observem a seguir a foto que atesta o festejado aniversário do Sr. Bernardes de 8/08/1924, nas dependências da construção da Escola.

⁶⁷ Segundo ROCHA (2001, p.180) cumeeira significa: “A parte mais alta do telhado, seu vértice”.

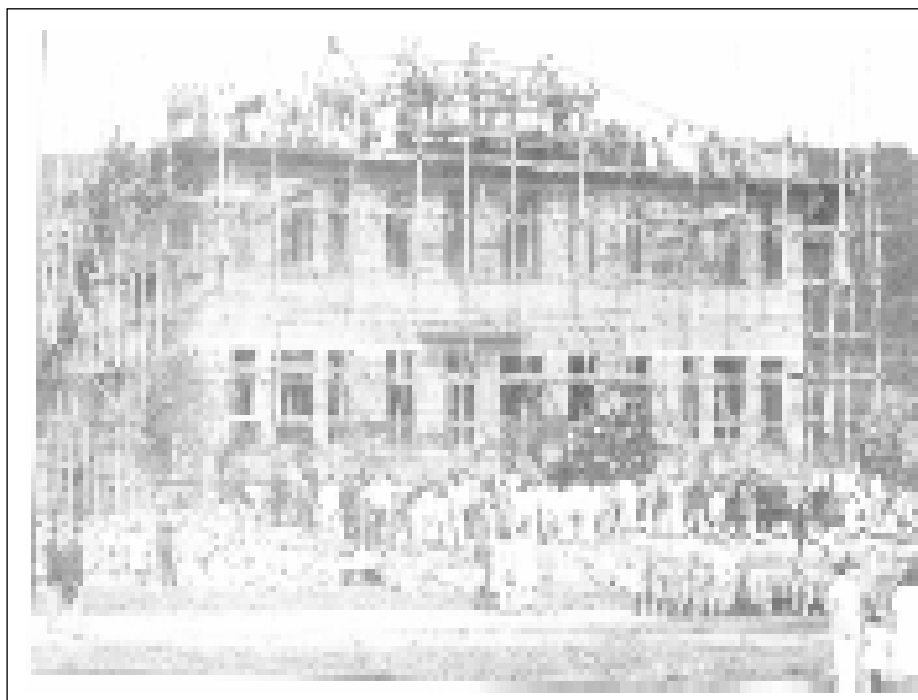


Figura 15: Homenagem a Arthur Bernardes – Festa da colocação da cumeeira do Prédio Principal.

Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 36.

Entretanto, não se deve inferir que a consolidação do projeto de criação da ESAV ocorreu somente em meio a “harmonia”, “alegrias” e “comemorações”, pois, além das dificuldades já relatadas quanto à construção da Escola, existiram também problemas de caráter administrativo entre os seus dirigentes e a Secretaria de Agricultura, órgão estadual responsável pela instituição no Estado. Dentre esses problemas vale destacar os principais trechos de uma carta escrita pelo Dr. Rolfs em 13 de novembro de 1925, encaminhada diretamente ao idealizador da Escola de Viçosa, Arthur Bernardes, na época Presidente da República.

Nela o especialista norte-americano destacava os obstáculos encontrados para a continuidade de seus trabalhos de organização e instalação da escola, tendo apontado a grande causa destas dificuldades: o difícil relacionamento com o Senhor Daniel Serapião de Carvalho⁶⁸, ocupante da pasta da Secretaria de Agricultura de MG.

O teor desta carta é revelador, porque, em todos os outros documentos produzidos pelo especialista americano analisados pelo presente estudo, observou-se

⁶⁸ Daniel Serapião de Carvalho – Advogado e membro da Diretoria da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) de 1916-1923. “Assessor do Secretário de Agricultura (1914-1918) e do Ministro da Marinha (1919-1921), Deputado Estadual (1921-1922), Secretário da Agricultura (1922-1926)”. Fonte: DULCI (1999, p.119).

sempre relatos de cordialidade aos Presidentes⁶⁹ de Estado e Secretários de Agricultura que sucederam o governo de Arthur Bernardes na Presidência de Minas Gerais. Ao contrário disto nessa carta, Rolfs revelou-se amigável, mas profundamente angustiado, “contrariado” e prejudicado com uma gestão pouco cuidadosa do Sr. Daniel Serapião de Carvalho, no que relacionava ao processo de andamento das instalações da Escola de Viçosa rumo à sua inauguração oficial, principalmente quanto ao assunto de contratação de professores. Assim, P.H. Rolfs dirigiu-se a Bernardes:

Exmº Snr. Dr. Arthur Bernardes,

Meu caro senhor e amigo:

[...] Os edifícios e os campos apresentam actualmente aspecto muito mais agradável do que quando V. Excia os viu, e tem desenvolvido consideravelmente depois da visita de V. Excia, no ultimo anno. Temos conseguido realizar esta obra, apesar dos obstáculos quase intransponíveis; sem o auxilio, e mesmo com a opposição, do departamento do Governo do Estado encarregado da sua realização. V. Excia não pode avaliar que difficuldades e desapontamentos tenho soffrido, na posição que tenho occupado, pela causa da agricultura nacional.

[...] Minha posição tem se tornado pessoalmente insuportável. Fiz recomendações, há dois annos, ao Secretario de Agricultura pedindo providencias para serem contractados três professores com ordenado mensal de 1:000\$000, para os Departamentos de Agronomia, Pecuária, e Pomicultura. Até a presente data, não recebi nenhuma solução. Os campos e edifícios das secções referidas estavam sufficientemente adiantados do modo que era de muita vantagem para o Estado serem contractados os professores. Si o Snr. Secretario tivesse tomado as providencias pedidas, poderíamos ter inaugurado, no ultimo Março, as aulas dos Departamentos respectivos. Até o tempo presente, o Snr. Secretario não me deu nenhuma autorização para contractar os auxiliares indispensáveis.

Durante a administração do actual Secretario de Agricultura, tenho soffrido pacientemente fortes desconsiderações, frequentes e propositas. Não tenho deixado de considerar a differença de línguas e costumes.

Permaneci até agora, sacrificando vantagens pecuniária e pessoas, porque tenho tido o firme propósito de auxiliar o grande estado de Minas, e também concluir a realização desta valiosíssima obra, tão brilhantemente imaginada por V. Exia. Tenho sido paciente também, porque sei que minha posição é de natureza verdadeiramente diplomática, e tem sido de valor para o estreitamento das relações entre o Brasil e minha pátria.

Durante a crise política, que tanto mortificou V. Excia tolerei as desconsiderações, porque sendo perigosa a situação, qualquer critica contra a administração de V. Excia., teria sido aproveitada pelos inimigos. Felizmente, está terminada a crise política. Posso agora retirar-me do Brasil, sendo esta a vontade do Governo de Minas, sem crear serio embarasso a V. Excia.

⁶⁹ Segundo o relatório de Bello Lisbôa (1929, p.4): “Durante o período da Construção da Escola, presidiram o Estado de Minas Geraes, os Exmos. Snrs. Dr. Arthur da Silva Bernardes, Raul Soares de Moura, Olegário Dias Maciel, Fernando de Mello Vianna e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada; foram Secretários da Agricultura o engenheiro Cldomiro de Oliveira, Drs. Daniel Serapião de Carvalho, Augusto Vianna do Castello e Djalma Pinheiro Chagas, interinamente os Drs. Sandoval Soares de Azevedo, José Bias Fortes e Gudesteu de Sá Pires; durante todo o tempo esteve como Director da Agricultura o engenheiro Ernesto Von Sperling”.

Sigo domingo a Bello Horizonte, onde vou com o fim de apresentar meu pedido de exoneração ao Exmº Snr. Dr. Fernando Mello Vianna, caso não sejam afastadas as maiores dificuldades que estão paralyzando o progresso desta Escola.

Lastimo sinceramente ter de proceder desta forma. Si tivéssemos tido a boa vontade do Snr. Secretario da Agricultura durante os seis últimos mezes, poderíamos ter adiantado nossos trabalhos de modo a se possível inaugurarmos algumas dos cursos mais importantes de vários Departamentos antes dos meados de 1926.

Peço acreditar, seja qual for o fim desta situação, ter eu feito meu maximo esforço para a realização desta Escola, e ter pessoalmente por V. Excia, profundo respeito e affeição.

Subscrevo-me, com a máxima consideração,

De V. Excia.,

Amigo e admirador,

P. H. Rolfs, Director.

Enfim, apesar de longas as palavras do Professor Rolfs expressam informações relevantes quanto ao contexto social e político da época em estudo. Primeiro, porque deixa em evidência o significado da presença de um cientista norte-americano em terras mineiras, pois, de certa forma, explicitou o estreitamento diplomático entre os Estados Unidos e o Brasil. Tal fato culminou, anos mais tarde, no recebimento por parte da Escola de Viçosa de vantagens e auxílios de toda ordem provindos das universidades e “fundações” americanas⁷⁰.

Destaca-se também na carta de Rolfs “sinais”, “vestígios” da conjuntura política do governo do Presidente Bernardes (1922-1926) que, como se sabe, foi marcado pela efervescência política e permanente ameaça revolucionária representada pelo movimento tenentista⁷¹. Por essa razão, o americano dizia que passada a crise política nada mais o impediria de deixar o Brasil caso fosse necessário.

Embora, toda a problemática ressaltada ao patrono da ESAV pelo norte-americano, Rolfs não se exonerou, nem foi exonerado e continuou seu trabalho de organização da Escola até 1928 quando deixou a direção para assumir o cargo de Consultor Técnico de Agricultura do Estado de Minas Gerais de 1929 a 1933.

Logo se presume que as maiores dificuldades foram afastadas. Mesmo assim, vale destacar que, segundo as fontes primárias, os primeiros professores contratados foram os de zootecnia e de agronomia, que se apresentaram na escola apenas em

⁷⁰ Ver sobre a cooperação internacional entre a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), antiga ESAV, e a Universidade americana de Purdue o trabalho de pesquisa dos autores: RIBEIRO, M.G.M. & SILVA, F.V. A extensão universitária na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais nos marcos dos acordos internacionais. Relatório de Pesquisa. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, mimeo. 2003.

⁷¹ Sobre as tensões políticas, econômicas e sociais enfrentadas pelo governo de Arthur Bernardes (1922-1926) a frente da República Federativa do Brasil ver: LIMA (1983); o artigo “Arthur Bernardes: a verticalização no poder”, disponível na Revista Governadores de Minas (2001, nº6) e Dicionário Biográfico de MG: Período Republicano – 1889 a 1991.

meados de março e maio de 1927 respectivamente, pouco mais de quatro meses antes da abertura do primeiro semestre letivo, iniciado em 1º de agosto de 1927, com os cursos de agricultura nos níveis elementar e médio.

Dessa maneira, visto mesmo que grosso modo o sistema administrativo utilizado pelos construtores da ESAV e ressaltados os indícios de “entusiasmo pela educação” e de “otimismo pedagógico” produzidos durante os primeiros anos de edificação da instituição em estudo, será objeto de análise, no próximo item, a inauguração oficial da ESAV.

2.3 A Inauguração oficial da Escola.

Segundo descreveu o Engº Bello Lisbôa, com a conclusão do Edifício Principal⁷², em agosto de 1926, o prédio:

[...] foi solenemente inaugurado a 28 de agosto do mesmo anno, estando presentes o exmo. Dr. Arthur da Silva Bernardes, Presidente da Republica, Dr. Fernando de Mello Vianna, Presidente de Minas Gerais, Engenheiro Francisco Sá – Ministro da Viação, Dr. Daniel de Carvalho – Secretario da Agricultura de Minas Geraes, Monsenhor Alípio de Oliveira – representante do Sr. Arcebispo de Marianna, e grande numero de pessoas gradas. (LISBÔA, 1929, p.4).

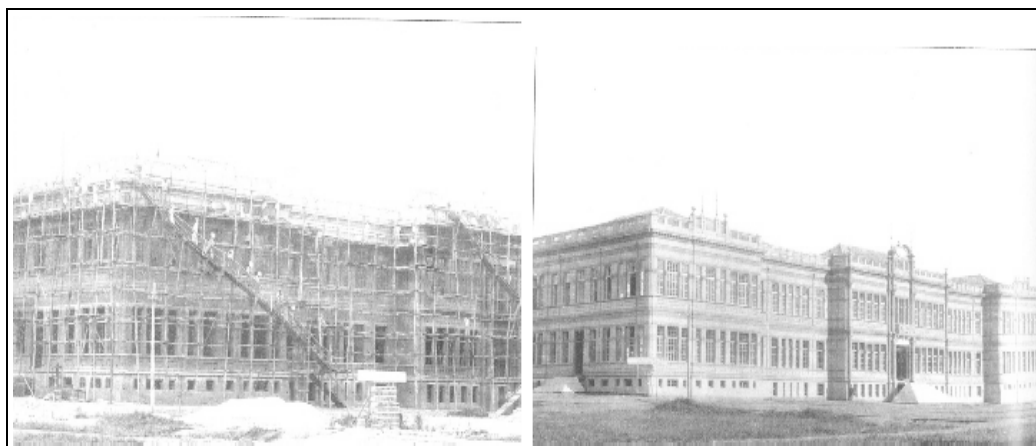


Figura 16: O Marco Inicial da ESAV - O Edifício Principal.
Fonte: BORGES & SABIONI, 2006, p. 36.

No dia 28 de agosto de 1926, considerado a data magna da instituição houve grande solenidade, presidida pelo Sr. Arthur Bernardes e presenciada por autoridades do Estado, da Igreja e comunidade local. A presença destas autoridades dava o “ar” da

⁷² Só com o Prédio Principal da ESAV foram investidos pelo Estado de MG 1.551:898\$353. Cf. Relatório do Engenheiro Chefe da Comissão de Construção da Escola (1929). Atualmente na Universidade Federal de Viçosa este prédio denomina-se Edifício Arthur Bernardes e é apelidado pelos estudantes como “Bernadão”.

importância deste acontecimento para a vida da agricultura de Minas, já que nesta ocasião, inaugurava-se também uma nova fase para o ensino agrícola mineiro, cujo eixo norteador era marcado pela estratégia de modernização do campo a fim de diversificar a produção, produzir mais com menores custos e no menor tempo possível.

LOPES (1995) ao pesquisar na imprensa local, mais especificamente no “Jornal Cidade de Viçosa”, sobre as festividades que ocorreram durante a inauguração oficial da ESAV, constatou que:

As descrições do cenário urbano que se transformava dias antes, para a recepção do estadista [...] *Dr. Arthur Bernardes*, dão conta do clima de comemorações que tomou conta da pequena cidade. O comboio presidencial, cujo primeiro trem conduzia jornalistas da capital federal, além de autoridades federais e estaduais, bem como de municípios vizinhos, está registrado em imagens: é o momento de chegada do trem especial que conduzia o Presidente. Recebida pelos diretores da Escola Bello Lisboa e P.H. Rolfs, ao som da fanfarra de cavalaria da Brigada Policial do Rio, que ali chegara na véspera, a comitiva presidencial desembarcou na estação de trem da Leopoldina, localizada a alguns metros do Prédio Principal, e foi recepcionada na residência de Rolfs, anuncia o jornal Cidade de Viçosa. Precedido de missa campal e da benção do edifício, o ato de solenidade da inauguração é marcado pela descicção do *‘sumptuoso salão de conferencias do estabelecimento, admirável concepção artística do dr. Bello Lisboa, não só pela originalidade do estylo como pela beleza das decorações, num conjuncto de impecavel harmonia, graça e elegância, que produz a melhor das impressões’*. O tom dos discursos das autoridades locais é marcado pela ênfase na importância da Escola para a região, em especial para a cidade de Viçosa, num grau elevado de ufanismo sobre a especificidade do ensino agrícola que se propunha na instituição [...] (LOPES, 1995, p. 29-30).

As fotos abaixo relacionadas podem retratar parte do “cenário” da inauguração que a autora relatou.



Figura 17: Chegada do comboio presidencial para inauguração da ESAV
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

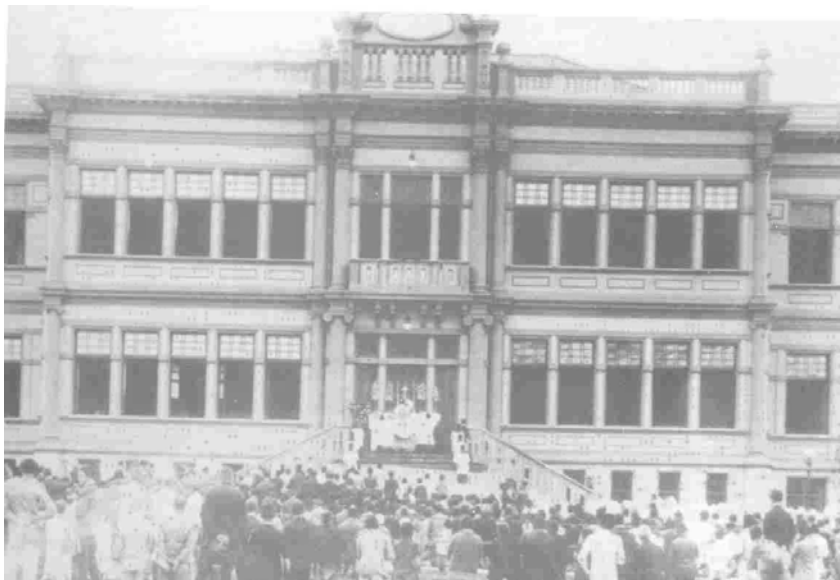


Figura 18: Missa campal da inauguração da ESAV em 26/8/1926.
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

A tentativa maior aqui é a de apontar indícios da relação do projeto político da ESAV com as bandeiras hasteadas pelo Movimento Ruralista Brasileiro⁷³ dos anos 1920, que em Minas Gerais foi difundido pela Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), concomitantemente ao projeto de diversificação produtiva esboçado no Congresso Econômico de 1903, haja vista que, conforme mencionado anteriormente, a própria SMA adveio deste congresso das classes produtoras mineiras.

A partir daí optou-se por uma breve análise do discurso que Bernardes proferiu na sessão solene de inauguração oficial da Escola, porque nele se constatou, sobretudo, a defesa e a “ratificação da vocação agrícola do País”, isto é, a confirmação e a justificação do destino essencialmente agrícola do Brasil.

⁷³ Aqui a categoria ruralismo é entendida conforme a ampla análise realizada pela autora MENDONÇA (1990, 1994, 1997). Deve-se ressaltar que, o movimento ruralista brasileiro na Primeira República reciclou a vocação agrícola do Brasil “[...] na tentativa de generalizar dois projetos: o de ‘modernização’/diversificação da agricultura e o de ‘maximização da produtividade’ dos empreendimentos agrários, os quais, em verdade, decorriam da necessidade de redefinição das formas de enquadramento e controle da mão-de-obra rural, bem como da preservação do monopólio da terra [...] Fundamental, para a compreensão do projeto acima sumarizado é resgatar o fato de as principais lideranças do movimento ruralista em foco, não se terem constituído de representantes da grande cafeicultura paulista, mas sim dos que a ela visavam contrapor seu projeto ‘modernizador’, que em muito diferia daquele elaborado pela fração de classe hegemônica, ainda que, ambos partilhassem de certos pressupostos básicos [...]”. (MENDONÇA, 1994, p.32-33).

Além disso, o discurso do patrono da instituição foi caracterizado por um forte sentimento de despedida, já que estava prestes a concluir seu mandato presidencial (1922-1926), oportunidade esta em que o filho ilustre de Viçosa realizou um balanço da sua trajetória no cenário político mineiro e nacional, em meio aos seus “conterrâneos”.

Na verdade, esta solenidade foi marcada pelo “tom” da despedida de autoridades do poder. Pois, até mesmo o então Presidente de MG, Fernando de Mello Vianna⁷⁴ deixava o governo de Minas para Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ser empossado em 7 de setembro de 1926, apenas dez (10) dias após a inauguração oficial da instituição.

No entanto, as palavras que mais chamaram a atenção foram os seguintes dizeres de Arthur Bernardes:

[...] É com grande satisfação que venho assistir á inauguração da Escola Superior de Agricultura. Institutos como este e equivalentes devem ser espalhados por todo o Brasil. A agricultura tem necessidade de technicos e peritos. Á exploração da terra tem que ser dada cada vez mais uma orientação scientifica, aperfeiçoando-se os methods de cultura. *O Brasil é, antes de tudo, e tem de ser um paiz agrícola.* Sem duvida, temos que cuidar das industrias manufactureiras – em que um tão grande capital está empregado e tamanhos interesses se criaram á sombra das leis: - devemos a taes industrias a proteção necessária á sua conservação e crescimento, mas sem sacrificios incompatíveis para a nação. *O Grande interesse do Brasil está na agricultura. No aumento da producção está a solução de nossas difficuldades.* Esse augmento tem de ser pedido, tem de vir da agricultura. Tudo merece ella do Estado. E não haverá inconveniente em reconhecer que os poderes públicos não lhe têm dado quanto deviam. Estradas, pontes, transportes, todos os serviços públicos que interessam o agricultor, braços, mão de obra abundante e technicamente instruída, exame das terras para as culturas apropriadas, sementes, irrigação, organização do credito agrícola e hypothecario, grandes e pequenos institutos a isso destinados, - quasi tudo está por fazer, ou apenas rudimentar e incompletamente feito. O problema da producção está imediatamente ligado á mão de obra: - é preciso fixar e interessar o trabalhador, tornar o meio mais agradável e próprio a vida, arrancando o trabalhador á sedução da cidade, dar-lhe assistência e protecção, associar o trabalho ao capital, creando a harmonia e solidariedade dos interesses.

A transformação agrícola só é possível technicamente preparada, disciplinados e coordenados os esforços para maior aproveitamento e rendimento da terra. A organização dos serviços públicos de que depende o crescimento e expansão da industria agrícola, na proporção adequada á riqueza e vastidão de nossas terras, é tarefa digna de tentar o esforço e capacidade de nossos estadistas e legisladores; tem que ser atacada e realizada como exigem as altas conveniências do paiz. [...] (BERNARDES, 1926).

⁷⁴ O mesmo que em 1921, enquanto procurador do Estado se deslocou a Viçosa para adquirir as fazendas recomendadas pela comissão destinada a escolher a sede da ESAV.

Mas, como estabelecer conexões deste pronunciamento do patrono da Escola de Viçosa com as principais idéias do ruralismo dos anos 1920?

Para responder a essa pergunta se recorreu às idéias de um contemporâneo de Arthur Bernardes, o autor Arthur Torres Filho⁷⁵, uma vez que, além de membro atuante na Diretoria da Associação Nacional do Movimento Ruralista, (SNA - Sociedade Nacional de Agricultura) coordenou, em 1925, no Ministério da Agricultura, uma tentativa de reforma do ensino agrícola, através da formulação de “[...] um inquérito nacional em que as instituições e pessoas, tidas e havidas como conhecedoras do assunto, foram chamadas a externar o seu ponto de vista [...]” (RODRIGUES, 1942, p.17-18). Inclusive, P. H. Rolfs foi um dos especialistas que formulou, a pedido do Ministro da Agricultura, Miguel Calmon⁷⁶, um trabalho minucioso sobre a questão da educação agrícola no Brasil.

Ressaltada a “militância” de Arthur Torres Filho em prol do movimento ruralista dos anos 1920, cabe, então, apontar as principais características do discurso pronunciado por Bernardes, em 26/08/1926, com o pensamento ruralista da época.

Desse modo, a defesa do destino agrícola do Brasil feita por Bernardes pode ser compreendida pelo seguinte raciocínio. Na época em estudo, principalmente nos anos finais de 1920, período da construção e da inauguração da Escola de Viçosa, havia entre as elites políticas e agrárias a noção de que a solução de todos os problemas do país viria do progresso da agricultura nacional. Ou seja, a fonte de todos os bens e riquezas era a agricultura, vista como a “grande indústria” do Brasil.

Por isso, os ruralistas, fossem estes oriundos do setor produtivo ou da elite política, defendiam a necessidade incondicional de criar mecanismos capazes de proteger e estimular a pecuária, a lavoura, o ensino profissional (obrigatório) e a educação. Conforme a autora DUTRA (1990, p.34) “[...] o ensino agrícola nessa perspectiva é posto como fundamento de organização da moderna economia [...]”.

⁷⁵ Membro da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio durante o governo presidencial de Bernardes (1922-1926)

⁷⁶ Biografia de Miguel Calmon – Nasceu na Bahia em 1879 e faleceu em 1935. “fazendeiro; engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; secretário de Agricultura, Viação e Obras públicas da Bahia (190-1904); eleito três vezes deputado federal; Ministro da Viação e Obras Públicas (1906-1909); representante da Associação Comercial da Bahia; fundador da Federação das Associações Comerciais do Brasil; Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1922-1926); vice-presidente da liga de Defesa nacional; integrante da Campanha Civilista; senador (1927-1930); membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Foi também presidente da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) de 1921-1922. Fonte: MENDONÇA (1997, p. 197).

Isto quer dizer que o ensino agrícola era entendido, pelos ruralistas da época em estudo, como um poderoso agente de expansão econômica. E é justamente esta palavra de ordem do movimento ruralista brasileiro que Arthur Torres Filho defendeu em publicação⁷⁷ oficial do Ministério da Agricultura em 1926: “[...] Pois será possível, sem o ensino agrícola generalizado dispormos de forte estrutura econômica? [...]” (TORRES FILHO, 1926, p.3).

Segundo esse autor, na luta da competição comercial entre as nações só sairiam vencedoras aquelas que fossem portadoras de uma “boa organização técnica e econômica”. Esta era uma grande preocupação da época, como se pode perceber abaixo:

Temos deante de nós, sem solução até hoje, do Império à Republica, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política. A produção agrícola temol-a de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interesses do Brasil. Em toda nossa historia, desde mesmo o período colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza? Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com o grão de civilização dos nossos dias, deante dos meios rápidos de transporte e dos recursos da technica productiva, não poderemos vencer, no jogo da livre concorrência, enfrentando outras nações cuja agricultura esteja organizada sobre bases technica e econômica. Resalta à evidencia que necessitamos de uma política verdadeiramente constructora, que tome por base a solução do *problema agrário brasileiro*, porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso immenso território, nunca conseguiremos desafogar a vida econômico-financeira da Nação. Aconselham nossas condições sociaes, políticas e econômicas, volvamos a nossa atenção para o *problema agrário*. Não se concebe mais, em nossos dias, a exploração intelligente de um paiz ou região sem o exame do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de applicação dos adubos, do emprego das machinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da sciencia agronômica. (TORRES FILHO, 1926, p. 4-5).

Esta citação, apesar de longa, ilustra muito bem a “essência ruralista” do pronunciamento de Arthur Bernardes durante a inauguração da ESAV, principalmente

⁷⁷ O próprio Arthur Torres Filho fala da origem da publicação oficial do Ministério da Agricultura em questão: “ Apesar das múltiplas cogitações impostas pelos assumptos a cargo do Ministério, não escapou ao Dr. Migul Calmon a necessidade premente de se lançar entre nós as bases seguras da organização do ensino agrícola. Foi assim que, depois de ouvir por meio de theses , previamente organizadas, pessoas reconhecidamente capazes em matéria de ensino agrícola, nomeou uma comissão composta do professor P. H. Rolfs, director da Escola Superior de Agricultura de Viçosa; professor Paula da Rocha Lagoa, director interino da Escola Superior de Agricultura do Ministério [...] comissão esta que foi encarregada de dar parecer sobre as theses apresentadas e offerecer conclusões, tendo-me sido delegado poderes para, de accôrdo com o resolvido, elaborar o projecto de lei para a organização do ensino agrícola no Brasil, incumbência de que, por minha vez, procurei desobrigar-me do melhor modo possível. Não me furto ao prazer, como meio de divulgação, de publicar estas conclusões e o ante-projecto de lei por mim apresentado, afim de que todos os que se interessam sinceramente pelo futuro do Brasil possam inteirar-se do que ficou resolvido nessa memorável reunião, na qual todos os membros honrados com o convite do Ministro, numa atmospheria de harmonia digna dos maiores louvores e animados dos mais elevados propósitos, procuraram emprestr seu concurso dedicado a uma obra, cuja realização, levada a effeito com sinceridade, poderá assignalar, como na América do Norte, uma época de renascimento para a nossa vida econômica”. (TORRES FILHO, 1926, p. 122 – 123).

quando este mencionou categoricamente a vocação agrícola do país, ao dizer que a geração da riqueza do Brasil viria excepcionalmente por meio da agricultura moderna. E ilustra também a fala do patrono da Escola de Viçosa, quando o mesmo fez referência

publicação⁷⁸ oficial do Ministério da Agricultura em 1926: “[...] Pois será possível, sem o ensino agrícola generalizado dispormos de forte estrutura econômica? [...]” (TORRES FILHO, 1926, p.3).

Segundo esse autor, na luta da competição comercial entre as nações só sairiam vencedoras aquelas que fossem portadoras de uma “boa organização técnica e econômica”. Esta era uma grande preocupação da época, como se pode perceber abaixo:

Temos deante de nós, sem solução até hoje, do Império à Republica, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política. A produção agrícola temol-a de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interesses do Brasil. Em toda nossa historia, desde mesmo o período colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza? Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com o grão de civilização dos nossos dias, deante dos meios rápidos de transporte e dos recursos da technica productiva, não poderemos vencer, no jogo da livre concorrência, enfrentando outras nações cuja agricultura esteja organizada sobre bases technica e econômica. Resalta à evidencia que necessitamos de uma política verdadeiramente constructora, que tome por base a solução do *problema agrário brasileiro*, porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso immenso território, nunca conseguiremos desafogar a vida econômico-financeira da Nação. Aconselham nossas condições sociaes, políticas e econômicas, volvamos a nossa atenção para o *problema agrário*. Não se concebe mais, em nossos dias, a exploração intelligente de um paiz ou região sem o exame do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de applicação dos adubos, do emprego das machinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da sciencia agronômica. (TORRES FILHO, 1926, p. 4-5).

⁷⁸ O próprio Arthur Torres Filho fala da origem da publicação oficial do Ministério da Agricultura em questão: “ Apesar das múltiplas cogitações impostas pelos assumptos a cargo do Ministério, não escapou ao Dr. Migul Calmon a necessidade premente de se lançar entre nós as bases seguras da organização do ensino agrícola. Foi assim que, depois de ouvir por meio de theses , previamente organizadas, pessoas reconhecidamente capazes em matéria de ensino agrícola, nomeou uma comissão composta do professor P. H. Rolfs, director da Escola Superior de Agricultura de Viçosa; professor Paula da Rocha Lagoa, director interino da Escola Superior de Agricultura do Ministério [...] comissão esta que foi encarregada de dar parecer sobre as theses apresentadas e offerecer conclusões, tendo-me sido delegado poderes para, de accôrdo com o resolvido, elaborar o projecto de lei para a organização do ensino agrícola no Brasil, incumbência de que, por minha vez, procurei desobrigar-me do melhor modo possível. Não me furto ao prazer, como meio de divulgação, de publicar estas conclusões e o ante-projecto de lei por mim apresentado, afim de que todos os que se interessam sinceramente pelo futuro do Brasil possam inteirar-se do que ficou resolvido nessa memorável reunião, na qual todos os membros honrados com o convite do Ministro, numa atmospheria de harmonia digna dos maiores louvores e animados dos mais elevados propósitos, procuraram emprestr seu concurso dedicado a uma obra, cuja realização, levada a effeito com sinceridade, poderá assignalar, como na América do Norte, uma época de renascimento para a nossa vida econômica”. (TORRES FILHO, 1926, p. 122 – 123).

Esta citação, apesar de longa, ilustra muito bem a “essência ruralista” do pronunciamento de Arthur Bernardes durante a inauguração da ESAV, principalmente quando este mencionou categoricamente a vocação agrícola do país, ao dizer que a geração da riqueza do Brasil viria excepcionalmente por meio da agricultura moderna. E ilustra também a fala do patrono da Escola de Viçosa, quando o mesmo fez referência sobre a necessidade de racionalização do campo, promovida pela introdução da ciência em toda e qualquer prática agrícola em Minas Gerais. Atividade agrária esta que devia receber do Estado a infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento.

Outro ponto do discurso de Bernardes, que pode ser compreendido à luz do pensamento ruralista de Arthur Torres Filho, tem a ver com o “fenômeno da depopulação dos campos”, isso é, do êxodo rural. Assim como Bernardes, Torres Filho entendia que o problema da produção estava intrinsecamente ligado à questão da desorganização da mão-de-obra nacional, fortemente provocado pelo abandono em massa do homem do campo. Para este autor:

Quem contestará também que os melhores elementos da vida rural são attrahidos para o commercio, para a industria e demais profissões próprias das cidades? [...] Isso indica que, para suscitar-mos por todos os meios as nossas energias creadoras de riqueza, teremos que nos preoccupar com a instrucção profissional daquelles que vivem na agricultura. Sociólogos existem que consideram o êxodo dos campos uma das maiores e mais graves questões sociaes da nossa época. Mas, sem termos noção bem clara dos interesses capitaes do paiz, difficilmente alcançaremos as reacções necessárias, como acontece com o ensino agrícola. Que temos feito em prol da instrucção profissional dos que vivem na agricultura? Qual não é o numero de rapazes e moças carecendo de boa instrucção agrícola e domestica? Que temos feito nesse sentido em face das demais nações civilizadas? É fatal que, sem melhorarmos a nossa situação rural isto é, sem que a vida do campo se torne capaz de proporcionar o bem estar e a independência, o homem do campo será attrahido para as vilas, aldeias e cidades. A pouco e pouco a agricultura se despojará da parte mais intelligente da sua população. Não é o que acontece, por exemplo, com os filhos dos proprietários mais ricos que, enviando seus filhos às escolas nas cidades, acabam por encaminhal-os para as profissões administrativas, liberaes e industriaes? Quaes não serão as consequências sociaes desse facto? Por outro lado, como o progresso vertiginoso da industria, não exerce ella verdadeira drenagem na mão de obra rural, por pagar melhores salarios do que a agricultura? Esta-se deante de um problema social de gravidade inequívoca, cuja solução consiste em se procurar reter o deslocamento da população rural para os centros populosos. Mas como combater-se esse mal? Outro recurso não vejo senão promovendo-se a mais larga diffusão do ensino agrícola, mediante um systema de educação generalizada, desde a criança do campo passando pelo trabalhador e o agricultor, até o ensino superior, para a formação do profissional completo, instituindo-se um ensino para todas as situações sociaes. (TORRES FILHO, 1926, p. 5-7).

E, como tal o ensino agrícola é entendido e defendido por Arthur Bernardes na Escola que ele criou enquanto Presidente de MG, e inaugurou, como Presidente da

República. Na ESAV, a difusão da instrução agrícola prática e moderna também era empreendida enquanto um instrumento capaz de fixar o homem no campo. Conforme explicitou Torres Filho, Bernardes também almejava a modernização da agricultura através da racionalização/cientificização da agricultura, por meio do melhoramento das condições sócio-educacionais e culturais do homem no campo. Por isto, o patrono da instituição em estudo propôs, em seu pronunciamento, a efetivação de uma espécie de “pacto social” entre trabalho e capital, ou melhor, entre trabalhadores rurais e donos dos meios de produção agrícolas.

Diante dessas considerações, pode-se constatar que a criação de uma escola agrícola moderna no interior da Zona da Mata mineira não foi produto apenas do desejo de Arthur Bernardes, mas sim dos anseios e propósitos da elite agrária e política mineira da época, que representava sua ideologia dominante e capitalista através da “ratificação do destino essencialmente agrícola do país”. Para isso, apontava o ensino agrícola como a “pedra fundamental” da organização da moderna economia de Minas Gerais.

E são justamente os pilares dos saberes engendrados na ESAV durante a sua fase de organização, que serão objeto de análise no próximo capítulo do trabalho, em que procurou responder: Que tipo de homem a Escola de Viçosa almejava formar? E como o projeto de diversificação produtiva esboçado durante o congresso das classes econômicas de 1903 foi rearticulado sob a estratégia de modernização do campo, inaugurada com a criação da instituição em estudo?